

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.431.593 - RJ (2019/0018621-5)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **CYRELA MONZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**
ADVOGADO : **CARLOS ALBERTO SUSSEKIND ROCHA - RJ079827**
ADVOGADOS : **RENATA DO AMARAL GONÇALVES - RJ128840**
: **BRUNO CESAR ALVES PINTO - DF026096**
: **MARIA ROSA CALIFRER DE LIMA E OUTRO(S) - RJ157140**
AGRAVADO : **CARLOS VIEIRA DE MELLO**
AGRAVADO : **LUIZA HELENA CARVALHO DE MELLO**
ADVOGADOS : **CARLOS ARTUR DE ARAÚJO GOES - RJ096780**
: **DANIELLE MUNIZ DAIMA - RJ119564**

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por CYRELA MONZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MAGISTRADO QUE ACOLHE PARCIALMENTE O INCIDENTE.

NULIDADE DO DECISUM. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DA INTEGRALIDADE DAS QUESTÕES, VENTILADAS NO BOJO DA IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. DECISÃO MANIFESTAMENTE CITRA PETITA.

PROVIMENTO DO RECURSO PARA CASSAR A DECISÃO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 489, § 1º, IV, do Código de Processo Civil.

Nas razões recursais, sustenta a parte agravante: " Houve manifestação sobre os 2 pontos requeridos na impugnação ao cumprimento de sentença, onde determinou i) a obrigação de pagar as astreintes até o acautelamento das chaves em juízo e ii) prejudicado os demais requerimentos por estarem relacionados ao mérito da causa já julgado. Havendo manifestação expressa sobre os pontos requeridos, não há vícios a anular a decisão. Mesmo a ora Recorrente requerendo a reforma da decisão com o agravo de instrumento é certo que não está o julgador obrigado a se manifestar sobre todos os pontos contidos na petição, uma vez que decidiu a causa amparado em suas convicções com os motivos que justificaram suas razões de decidir."

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 186-195.

É o relatório.

DECIDO.

2. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do artigo 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de

declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. Apreciação de todas as questões relevantes da lide pelo Tribunal de origem. Ausência de afronta ao art. 1.022 do CPC/2015. Ausência de impugnação a fundamento da decisão agravada. Súmula n. 182/STJ. Decisão mantida.

1. Inexiste afronta aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.

2. É inviável o agravo previsto no art. 1.021 do CPC/2015 que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada (Súmula n. 182/STJ).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1321471/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 11/12/2018, DJe 17/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. Ação de nulidade de arrematação de imóvel. Arrendamento rural. Omissão e insuficiência de fundamentação. Arts. 489 e 1.022 do CPC/2015. Julgamento extra petita. Inexistência. Análise. Súmula 7/STJ. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla, fundamentada e sem omissões, obscuridades ou contradições, deve ser afastada a alegada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. 2. A decisão que interpreta de forma ampla o pedido formulado pelas partes não configura julgamento extra petita, pois o pedido é o que se pretende com a instauração da ação. Precedentes.

3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1255148/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/12/2018, DJe 07/12/2018)

3. Ademais, no que se refere à prova produzida nos autos, esclareço que, como destinatário final, cabe ao Juízo a quo, respeitando os limites adotados pelo Código de Processo Civil, a interpretação da prova necessária à formação do seu convencimento, tendo-o feito no seguinte sentido: "Não remanesce dúvida de que a decisão não analisou todos os pedidos, constantes da impugnação, deixando de se manifestar quanto a

indevida incidência de correção monetária e juros moratórios sobre a multa mensal devida, bem como, quanto ao valor, cobrado a maior, apontado pelo impugnante. Inegável que a decisão é citra petita, impondo-se a sua cassação para que outra decisão seja prolatada, apreciando integralmente e, de modo fundamentado, todas as questões, apresentadas pela agravada. Cabe ressaltar a impossibilidade de análise do pleito nesta instância recursal, por configurar verdadeira supressão de instância e, por não se aplicarem ao agravo de instrumento as disposições inerentes ao recurso de apelação no que toca ao julgamento imediato da lide pelo Tribunal."

Assim, a conclusão do Tribunal de origem apontada acima, no tocante à ocorrência de julgamento citra petita, não pode ser revista por esta Corte Superior, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RELAÇÃO DE CONSUMO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. À luz dos artigos 128 e 460 do CPC/73, atuais, 141 e 492 do NCPC/15, o vício de julgamento extra petita não se vislumbra na hipótese do juízo a quo, adstrito às circunstâncias fáticas (causa de pedir remota) e ao pedido constante nos autos, proceder à subsunção normativa com amparo em fundamentos jurídicos diversos dos esposados pelo autor e refutados pelo réu.

2. O Tribunal de origem concluiu que a sentença não foi citra petita, pois decidiu sobre a causa de pedir do autor; e que foi correta a decisão que condenou o réu ao pagamento da multa de 2% sobre o valor do contrato "já incluído o prazo de prorrogação de 180 dias previsto no contrato, devidamente atualizado, em consonância com a equidade de aplicação de cláusula penal contratual à ambas as partes, posto que se fosse o caso de mora do comprador, este seria incorreria na mesma cláusula penal.". Alterar o entendimento do acórdão recorrido não é possível, em sede de recurso especial, pois demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, e reinterpretação de cláusula contratual, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. O entendimento do STJ é no sentido de que é possível a inversão da cláusula penal moratória em favor do consumidor, em caso de inadimplemento do promitente vendedor, consubstanciado no atraso da entrega do imóvel no prazo estipulado pelas partes.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1010004/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 05/10/2017)

PROCESSO CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. BENS PÚBLICOS. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. NÃO CARACTERIZADA. JULGAMENTO ULTRA PETITA. REEXAME DAS PEÇAS E PROVAS CARREADAS NOS AUTOS. SÚMULA 7/STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO DO VALOR DO ALUGUEL E SEU TERMO INICIAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA

7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 1. O presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. Com relação a suposta violação ao art. 535, II, do CPC/73, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater um a um os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia.

3. A análise de um suposto julgamento ultra e extra petita demandaria em revolvimento das peças e provas carreadas aos autos, providência vedada no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. Não se acolhe alegação de nulidade por cerceamento de defesa em função do indeferimento de diligências requeridas pela defesa, pois o magistrado, que é o destinatário final da prova, pode, de maneira fundamentada, indeferir a realização daquelas que considerar protelatórias ou desnecessárias ou impertinentes. 5. Entender de forma diversa do Acórdão requereria uma reavaliação da prova pericial, revisão das provas dos autos e revisitação do contorno fático, medidas essas não acessíveis a essa Corte de Justiça por força da Súmula 7/STJ.

6. Os mesmos óbices impostos à admissão do Recurso Especial pela alínea "a" do permissivo constitucional - Súmula 7/STJ - obsta a análise recursal pela alínea "c", restando o dissídio jurisprudencial prejudicado.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AREsp 1197633/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2018, DJe 13/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 535 DO CPC/1973. VIOLAÇÃO. NULIDADES NÃO EVIDENCIADAS. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA.IMPOSSIBILIDADE. 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2, sessão de 09/03/2016).

2. O acolhimento de recurso especial por violação do art. 535 do CPC/1973 pressupõe a demonstração de que a Corte de origem, mesmo depois de provocada mediante embargos de declaração, deixou de sanar vício de integração contido em seu julgado, o que não ocorreu na espécie.

3. "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial" (Súmula 7 do STJ).

4. Hipótese em que, considerado o suporte fático delineado pelo acórdão recorrido, o tempo verbal utilizado pela empresa em sua pretensão recursal veiculada na apelação apenas confirma a conclusão da Corte de origem acerca da inocorrência de julgamento citra petita, visto que o pedido para afastar a tributação do ISS pelo município recorrido sobre "as operações de arrendamento mercantil supostamente praticadas" volta-se aos fatos geradores pretéritos, já realizados, não sendo possível dessa expressão depreender a alegada existência de pleito de cunho prospectivo.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 620.063/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA,
PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 07/08/2018)

4. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator

